

Considerações sobre Centros de Educação Ambiental no Brasil: iniciando uma longa e urgente discussão.

Fábio Deboni da Silva

Marcos Sorrentino

Introdução

Tema que vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil nesse início de século XXI, falar sobre Centros de Educação Ambiental (CEAs) constitui-se tarefa um tanto quanto árdua e arraigada de empirismo, mas por outro lado bastante estimulante. Assunto ainda recente no âmbito do próprio movimento ambientalista e da educação ambiental, ainda carece de fundamentação teórica, relato de experiências, diretrizes básicas, dentre muitos outros pontos.

Observa-se na atualidade, no entanto, um considerável “boom” de iniciativas promovidas e geridas por uma série de instituições, configurando um cenário bastante diversificado e complexo de CEAs. Iniciativas que vão desde pequenas propriedades rurais atuando com recursos escassos, até empresas multinacionais lançando mão de CEAs de milhares de dólares. Sem dúvida, um cenário intrigante e um leque de possibilidades podem ser vislumbrados, dadas as peculiaridades e os potenciais das distintas regiões de nosso país (e de suas distintas leituras e práticas de educação ambiental).

Abordaremos neste artigo algumas questões no tocante aos CEAs no país, procurando enriquecer a discussão sobre a temática dos centros de educação ambiental (CEAs) no Brasil e fora dele, procurando auxiliar no enfrentamento do cenário atual marcado pelo empirismo generalizado e pela ausência de interlocução entre boa parte dessas iniciativas.

Breve Histórico

Oficialmente os CEAs foram formalizados no Brasil pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC em 1993, como produto resultante do I Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (7 a 9 de dezembro de 1992), realizado na cidade de Foz do Iguaçu – PR. Já em meados dos anos 80 algumas iniciativas pioneiras foram impulsionadas, sobretudo pela atuação de pequenas propriedades rurais, ONGs e unidades de conservação, e já no final da década, por empresas privadas de grande porte (sobretudo àquelas ligadas ao setor primário, correspondendo às de mineração, agricultura, floresta, sobretudo).

Podemos adotar a década de 80 como o marco de criação e de implementação das iniciativas pioneiras de CEAs no país. A abertura política vivida pelo Brasil em meados da década constituiu-se em fator importante para essa questão, ainda que pouco estudado. A articulação da sociedade a partir de 1985 (ano da abertura política) culminando na Constituição de 1988, também pode ser apontado como fator relevante para o fomento de CEAs. Mais no fim da década, a expansão da temática “verde” sobretudo junto ao setor empresarial também constituiu-se em mola propulsora ao fomento de novas iniciativas pelo país.

Não podemos deixar de situar, sem sombra de dúvida, a ECO-92 como uma referência importante para o fomento de CEAs no Brasil. Tanto é que o I Encontro Nacional de CEAs foi realizado graças aos “Ecos” da ECO-92. Aquelas iniciativas pré 92 estavam isoladas, dispersas e pouco divulgadas.

Um dos produtos desse processo foi a formalização dos chamados Projetos Pilotos de CEAs, pelo MEC em 1993. Foram criados em número de 6, com o intuito de viabilizar uma abrangência expandida do território nacional (Porto Seguro – BA; Manaus – AM; Rio Grande – RS; Aquidauana – MS; Foz do Iguaçu – PR; e Fernando de Noronha – PE). Caberia ao próprio MEC a promoção de esforços no sentido de viabilizar a implementação desses projetos pilotos, assegurando sua sustentação e incumbindo-se do seu acompanhamento e sua avaliação.

No entanto o que se constata na atualidade é que muito pouco foi feito pelo setor governamental federal. A própria educação ambiental é tratada de forma segmentada no âmbito dos ministérios federais no Brasil. Cabe ao Ministério do Meio Ambiente – MMA a pasta relativa à educação ambiental não-formal, enquanto que ao MEC a formal.

A própria Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Nº 9.795, de 27 de abril de 1999) não faz qualquer alusão aos CEAs. Aponta algumas medidas que incentivarão as esferas federal, estadual e municipal, no tocante à *educação ambiental não-formal*, mas em nenhuma delas faz-se referência aos CEAs. Tal fato vem reforçar a pouca atenção dada ao tema por parte da esfera governamental (federal), representada pelos seus órgãos públicos incumbidos, de alguma forma, de atuar no campo da *educação ambiental* (basicamente podemos citar, IBAMA, MMA, MEC).

Retornando a ECO-92 e seus efeitos advindos, podemos considerar que a temática dos CEAs no Brasil completa sua década de existência “oficial”. Se consideramos aquelas iniciativas pioneiras, um pouco mais. Se comparados, por exemplo, com a Espanha, estamos a uma década de atraso (talvez mais) no impulso da temática. Aí, as primeiras iniciativas remontam ao final dos anos 70, mais precisamente em 1977, com a Escola de Natureza “Can Lleonart”, situada no Parque Natural de Montseny, na Catalunha (SEMINÁRIOS PERMANENTES DE EDUCACIÓN AMBIENTAL, 1996 : 186). Obviamente que tal atraso proporcionou avanços diferenciados em cada país. Não queremos defender a posição de que o Brasil está em

defasagem em relação a este ou aquele país, apenas contextualizar o momento de surgimento e desenvolvimento de tais iniciativas aqui no Brasil e em outras nações. Por outro lado, tal "atraso" pode ser encarado através de uma outra abordagem, como nos aponta GAUDIANO (1999 : 20) : *"... a aparição tardia da educação ambiental nos países em desenvolvimento e, particularmente, na América Latina, imprimiu-lhe um enfoque muito mais inclusivo com articulações para o social, que originaram vínculos com a educação de adultos e com a educação popular"*.

Tocar na questão dos CEAs no Brasil remete-nos à necessidade de entender e resgatar esse breve histórico de existência e ao intercâmbio de informações e de experiências com outros países ("desenvolvidos" ou não), e entre as próprias iniciativas atuantes em território brasileiro.

Voltando ao caso da Espanha, PAZOS (2001) observou que ao longo de duas décadas de existência os Equipamentos de Educação Ambiental (EEAs) sofreram processos de transformação de suas concepções. Se num primeiro instante estavam impregnados de uma concepção conservacionista, o momento atual indica uma considerável ampliação desse enfoque. *"Por outro lado, consideramos que os centros de educação ambiental encontram-se no **final de uma fase**(...)que poderíamos chamar de "naturalista" e começam a abordar novos conteúdos de EA desde uma perspectiva mais global e conectada como o surgimento de novas reflexões em relação ao modelo de sociedade atual..."* (SEMINÁRIOS PERMANENTES DE EDUCACIÓN AMBIENTAL, 1996 : 211) (o grifo é do autor). Caberia-nos perguntar: "em qual fase encontra-se os CEAs daqui do Brasil, se dispomos de tão pouca informação sobre o tema?".

Partindo do suposto que na América Latina, e em especial no Brasil, constatamos que a *educação ambiental* é um termo polifônico, obviamente visualizaremos atividades práticas denominadas como tal completamente distintas entre si. *"Caberia perguntar: existe uma Educação Ambiental ou várias? Será que todos os que estão fazendo Educação Ambiental comungam de princípios pedagógicos e de um ideário ambiental comuns?"* (CARVALHO, 2002 : 84). Compartilhamos tais questionamentos com Isabel Carvalho, e acreditamos que podem ser tranqüilamente aplicados ao caso dos CEAs.

A idéia de se buscar referências de experiências internacionais no tocante aos CEAs pode ser explicada na necessidade de compreensão de sua evolução (enquanto iniciativas/práticas e enquanto concepções/visões).

Analisando o caso espanhol constatamos que o momento atual por eles vivenciado reporta para a necessidade de se discutir quesitos mínimos que configuram um CEA de qualidade. Algumas estratégias vêm sendo propostas em algumas Comunidades Autônomas como as *cartas de qualidade e normativas de regulamentação*. Observa-se lá que crescem

assustadoramente as iniciativas de CEAs de caráter empresarial, que pouco preocupam-se com mínimos critérios eco-pedagógicos em seus processos educativos.

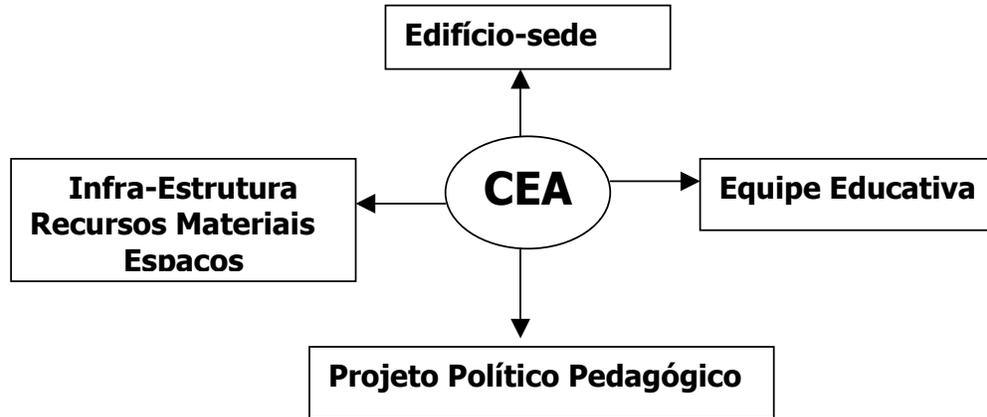
Sabemos que o estágio atual enfrentado pelos CEAs no Brasil requer atenções que podemos classificar como básicas. Nem sequer conhecemos no país quantas são as iniciativas (nem mesmo dispomos de estimativas); como e onde crescem; causas e conseqüências de sua expansão; histórico de criação e de crescimento; grau de empirismo com que vêm sendo geridas, etc. Talvez seja prematuro propor discussões no tocante a critérios mínimos de qualidade para essas iniciativas, mas é indispensável termos como norte (não exclusivo) tal preocupação. Mais importante que conhecer quantos são os CEAs e a que taxa crescem por ano, é analisar qualitativamente tais experiências, e até que ponto estão sendo coerentes e comprometidas como os ideais do movimento ambientalista e da educação ambiental para a sustentabilidade.

Uma concepção de CEA para o Brasil

Em relação a questão conceitual de CEA, observamos no país uma considerável pulverização de iniciativas que se (auto) denominam como tal (Centros de Educação Ambiental (CEAs); Núcleos de Educação Ambiental (NEAs); Pólos de Educação Ambiental (PEAs); Parques Ecológicos; Centros de Referência em Educação Ambiental (CREAs); Centros de Informação em Educação Ambiental (CRIAs); Centros de Meio Ambiente (CEMAs), etc. Faz-se necessário buscar discutir tais denominações, analisando seus objetivos e intenções, propor classificações e debate-las. Muito provavelmente nem todas compartilham concepções e objetivos comuns, convergindo para propostas de atuação fundamentadas em alguns princípios/conceitos que consideramos chave nos campos da educação, educação ambiental e do movimento ambientalista. A título de exemplificação podemos citar alguns deles, sendo: a participação, a emancipação, a cooperação, o diálogo, a tolerância, a interdisciplinaridade, a solidariedade, dentre muitos outros.

Adotando como referência autores e trabalhos espanhóis (GUTIÉRREZ, 1994 e 1995; PAZOS, 2001, CID, 1998; SEMINÁRIOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1996), propomos uma concepção de CEA para o Brasil, fundamentada em quatro dimensões, que são: Edifício-sede; Infra-estrutura, Recursos Materiais e Espaços; Equipe Educativa e Projeto Político-Pedagógico. Tais dimensões podem ser melhor visualizadas no diagrama a seguir:

Diagrama 1 : Dimensões de uma concepção de Centro de Educação Ambiental



Conclusão não conclusiva

Procuramos com este artigo, ressaltar a importância da questão dos CEAs no Brasil com o intuito de fomentar discussões aprofundadas sobre o tema. Sabemos das limitações observadas na atualidade (algumas delas apontadas nesse artigo) e reforçamos para a urgente inclusão desse tema junto aos profissionais atuantes no campo da educação ambiental no país.

A universidade (em especial a Universidade de São Paulo - USP) vem contribuindo para o enfrentamento do que estamos denominando de um cenário de "pleno empirismo" com o qual os CEAs vem sendo planejados e postos em prática. Acreditamos que outras instituições envolvidas no tema devem unir esforços para ampliarmos o debate inerente ao tema. Somente assim poderemos conhecer melhor as iniciativas de CEAs no Brasil, mapeá-las, entendê-las, discuti-las e analisá-las, para num segundo momento podermos falar sobre critérios a serem elencados para um CEA ser considerado de qualidade.

Fábio Deboni da Silva é Engenheiro Agrônomo, aluno de mestrado em Recursos Florestais e pesquisador da OCA - Laboratório de Educação e Política Ambiental, da Universidade de São Paulo - Correio Eletrônico: fdsilva@esalq.usp.br

Marcos Sorrentino é biólogo e pedagogo, doutor em educação, professor da Universidade de São Paulo e coordenador da OCA. - Correio Eletrônico: msorrent@esalq.usp.br

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, I.C.M. "*Qual Educação Ambiental? Elementos para um debate educação ambiental popular e extensão rural*" In: Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental. Erechim : EdiFAPES, 2002., 83-90.
- CID, O. "*La heterogeneidad como resultado de la falta de planificación. El voluntarismo se paga. La dependencia, también*" In: Memoria de las III Jornadas de Educación Ambiental. Universidad Publica de Navarra, Pamplona, 1998., 222-8p.
- GAUDIANO, E.G. "*Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe*" In: Tópicos de Educación Ambiental, N.1, V.1, 1999., 9-26p.
- GUTIÉRREZ, J.P. "*La calidad educativa de los Equipamientos Ambientales, un debate necesario*" In: II Jornadas de Educación Ambiental en Castilla y León, Salamanca : Gráficas Varona, 1994., 35-51p.
- GUTIÉRREZ, J.P. Evaluación de la calidad educativa de los Equipamientos Ambientales. Madrid : Secretaría General Técnica : Centro de Publicaciones Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, 1995., 150p.
- PAZOS, A.S. Recursos e Equipamientos de Educación Ambiental. Unha aproximación á realidade galega. La Coruña : Universidade de Coruña, 2001., 17p.
- SEMINÁRIOS PERMANENTES DE EDUCACIÓN AMBIENTAL.* Madrid : Centro de Publicaciones, Secretaria General Técnica, Ministerio de Medio Ambiente, 1996., 248p.;